



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

## Cerimônia de Entrega de Prêmios da Revista *Exame*

Quero, desde já, prestar minha homenagem mais respeitosa à memória do empresário Victor Civita, cuja falta nos entristece a todos. Sua vida deixa ao Brasil uma lição de trabalho inteligente e corajoso, um exemplo de fé no destino do País.

Victor Civita chegou ao Brasil no ano em que nasci. Para um brasileiro de minha geração, é difícil imaginar o dia-a-dia de criança, de adolescente e de adulto sem ver nas bancas as publicações que ele criou. Elas são parte de nossa vida coletiva, ajudaram a formar pessoas e a transformar, para melhor, a sociedade. Elas democratizaram o acesso a bens culturais antes reservados às elites. Victor Civita preocupava-se intensamente com o fato de que os brasileiros liam pouco; infelizmente isso ainda é verdade: muitos não sabem ler, e o hábito da leitura precisa ainda desenvolver-se entre nós. Graças ao seu trabalho, no entanto, grandes passos foram dados, e o seu legado concreto — nas empresas e na fundação que leva o seu nome — dará contribuição cada vez maior.

O Brasil deve muito a homens de sua índole, deve e precisa de outros com a mesma força de vontade e a mesma confiança no futuro; homens que, como notou o filho Roberto, não conheçam a palavra «impossível». Precisamos de gente cuja con-

fiança não se limite ao otimismo na espera, mas que se realize no empenho de fazer.

Identifico-me profundamente com a sua idéia de que são os cidadãos que constroem uma sociedade, não os governos. O meu governo está liderando o esforço de conscientização nacional nesse sentido. Temos de fazer uso de nossas energias pessoais e da liberdade que conquistamos. Não foi em vão a luta de brasileiros, como ele, contra a censura, a desinformação e os privilégios injustificados. A civilização ocidental consagra a renovação pela crítica responsável e construtiva. Nunca mais haveremos de sucumbir à tentação das enganosas vantagens da imposição do silêncio e do consenso artificiais. A livre iniciativa do cidadão, do trabalhador e do empresário, em estrita observância à lei, é o único caminho para o progresso e para o bem-estar da maioria. Victor Civita ajudou com a sua vida a demonstrar essa verdade.

Sua ousadia ficou muito clara na decisão de lançar a revista *Quatro Rodas* num país em que a indústria automobilística era ainda embrionária, de publicar mapas rodoviários num país em que as estradas eram poucas e precárias. Ele estava à frente de seu tempo, participando da construção do dia seguinte. Ele estava também à frente do Governo, como se viu no episódio pitoresco em que, como resposta a pedido de informação que fizera, um funcionário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem puxou da gaveta mapas editados pelo próprio, na *Quatro Rodas*.

Todos temos a aprender com a «Saudação ao Novo Dia» que ele lia habitualmente antes de iniciar suas jornadas de dedicação e criatividade:

«Olhe para este dia,  
pois ele é a vida.  
No seu curso rápido  
estão todas as verdades  
e realidades de sua existência:  
a bênção do crescimento,  
a glória da ação

o esplendor da beleza.  
Pois ontem não passa de um sonho.  
e o amanhã é apenas uma visão.  
Mas o hoje bem vivido  
torna todo ontem um sonho de felicidade  
e todo amanhã uma visão de esperança.  
Olhe bem então para este dia.»

---

«É preciso coragem para mudar.»

---

*Senhoras e Senhores,*

É com satisfação que participo deste ato de reconhecimento do vigor da empresa privada no Brasil. Sinto-me feliz pela oportunidade de vir a São Paulo para expressar o meu apreço e admiração pelo povo deste estado e desta cidade que tanto tem contribuído para o progresso do Brasil e para o meu Projeto de Reconstrução Nacional, que tem como um de seus pilares a confiança no talento e na determinação dos trabalhadores e empresários do setor privado de nossa economia.

Historicamente, esse setor tem sabido fazer das crises um estímulo às grandes realizações. Não é por acaso que momentos decisivos de nosso processo de industrialização coincidem com períodos de dificuldades, por vezes agudas. O moderno parque produtivo paulista nasceu, em certa medida, com a crise do ciclo cafeeiro, quando as dificuldades cambiais da década de 30 transformam-se em impulso para os primeiros passos da industrialização pela via da substituição de importações.

O sentido básico do programa de governo que começamos a implantar a partir de 15 de março é o de permitir que a liberação das forças de mercado seja propulsora do salto que temos de dar para alcançarmos o pleno desenvolvimento de nossas potencialidades.

É preciso coragem para mudar; coragem para conceber fórmulas realmente inovadoras e coragem para implementá-las contra as naturais resistências de interesses e costumes estabelecidos. O nosso Plano de Modernização da Economia, aprovado nas eleições presidenciais, vai muito além de um esforço de estabilização. Trata-se, isto sim, de um projeto amplo e articulado, que pretende atingir a própria essência da atividade econômica, mudando-lhe as estruturas e os hábitos. A estabilização é, antes de tudo, um requisito para a recuperação do crescimento econômico, não um crescimento qualquer, mas com eficiência e competitividade, com justiça social e diminuição das desigualdades regionais.

Temos de deixar de ser uma economia de mercado a medias. É preciso abandonar o antigo vício: aos amigos, a proteção e o favorecimento; aos neutros e aos inimigos, as duras leis do mercado. Economia de mercado, ou é ou não é; e certamente não pode ser apenas quando convém.

Estamos estabelecendo novas relações entre Governo e empresariado, fundadas em diálogo maduro, que extirpará as teias dos favores do clientelismo.

O empresariado brasileiro tem demonstrado ao longo dos anos que sabe ser sério, eficaz e criativo. O País tem uma classe empresarial capaz de competir com o que há de melhor em todo o mundo. A sociedade sabe disso, a comunidade internacional também o sabe. Não há motivo para que nossos empresários vejam com receio a abertura de nossa economia e sua maior exposição gradativa à concorrência externa. O mesmo vale para os trabalhadores, tão bons e dedicados quanto seus colegas de outras nacionalidades.

A pressão da concorrência internacional deve acelerar a modernização de uma economia que gerou certos nichos de ineficácia e obsolescência, encobertos por práticas cartoriais e protecionistas. A competição revela os pontos fortes e fracos da economia. Com o diagnóstico correto, lastreado apenas na realidade transparente dos fatos, poderemos agir para fortalecer definitivamente o conjunto.

O mundo não pode ser encarado como um ambiente hostil e adverso que nos ameaça. O papel brasileiro nos processos in-

ternacionais é o da busca permanente das condições da paz mundial; não por um devaneio qualquer, mas porque sabemos que aí está o lastro político real do desenvolvimento equilibrado das nações. A paz é condição para que as bases do crescimento se estabilizem e para evitar que os distúrbios localizados vulnerem os requisitos de uma interdependência positiva. Dificuldades conjunturais como as que agora afetam a situação energética, em razão do conflito no Golfo Pérsico, podem exigir ajustes e reavaliações. Não de encontrar, porém, no Brasil, um governo alerta, obstinado e dedicado a minorar os impactos negativos da conjuntura internacional sobre a economia interna.

---

«É imperativo privatizar a economia  
e desprivatizar o Estado.»

---

Uma economia sólida requer, cada vez mais, a incorporação do progresso técnico e o fim de algumas distorções de mercado. A competição é catalisador vital dessas transformações. Nossas empresas devem investir crescentemente em pesquisa tecnológica, em conhecimento e em formação de recursos humanos. O Governo estará lançando programa de estímulos e incentivos para dar condições de capacitação tecnológica à empresa, estabelecendo novos padrões de interação entre a universidade e a iniciativa privada. Com a orientação governamental, será possível dirigir a pesquisa científica e tecnológica aos interesses do setor produtivo.

Nosso mercado deve acabar com certas inclinações monopolistas e oligopolistas, com a tradição deletéria do lucro indevido. A liberdade de preços e salários tem de estar associada à aceitação de que as margens de lucro não podem ser fixas e garantidas. A empresa brasileira não pode continuar a ter as taxas de rendimentos mais altas do mundo. A negociação tem que ser, como já está sendo, incorporada ao dia-a-dia da classe empresarial brasileira.

É imperativo privatizar a economia e desprivatizar o Estado, que não existe para manter privilégios de uns poucos, e sim

para servir aos interesses e necessidades da sociedade como um todo, assistindo os mais desprotegidos. No mesmo rumo deve seguir o mercado. Para isso tomamos a iniciativa de pôr em funcionamento — até seu exame e, esperamos, aprovação pelo Congresso — instrumento legal para a defesa da concorrência. Resguardamos, assim, os agentes econômicos e a população daqueles que querem ter lucros, mas não querem ter riscos.

O Governo está abdicando de sua função de ditador econômico: não fixa mais a taxa de câmbio, a livre negociação salarial é a regra, liberalizou as importações e a maioria dos preços. A contrapartida que se espera da classe empresarial é atitude positiva que corresponda à maior parcela de decisão que deterá sobre os destinos da economia brasileira.

O esvaziamento da luta de classes nas sociedades mais avançadas dá-se quando o lucro deixa de ser percebido, por trabalhadores e empresários, como a fatia embolsada pelo patrão, e passa a ser reconhecido e tratado como justa e indispensável remuneração do investimento e prêmio pela competência. Daí a importância da participação dos trabalhadores nos lucros, pois ela caracteriza um vínculo mais direto com o desempenho da empresa, incentivando a produtividade, reduzindo o peso relativo da questão salarial e tornando mais evidente a comunhão de interesses entre as partes. Enfim, a participação fortalece a legitimidade do lucro.

Nosso desenvolvimento enfrenta um constrangimento essencial, superável a mais curto prazo, que é o da instabilidade econômica. O meu governo vem liderando, com êxito, uma luta para permitir que nossas atenções possam libertar-se da imprevisibilidade e voltar-se para a tarefa de planejar, projetar e erguer um Brasil novo. Os empresários precisam e podem operar com horizontes menos imediatistas; os trabalhadores não podem viver pensando em como sustentar a família na manhã seguinte. Nesse sentido, de cinco meses para cá, já avançamos muito.

Contrariando a suposta tradição brasileira e as previsões pessimistas, agosto foi um mês de bons presságios. A inflação caiu para 9,5% no período 15 julho/15 agosto. Esse fato tem um alto significado por dois motivos. Primeiro, foi uma queda conseguida num ambiente de liberdade de preços e não, como

em planos anteriores, por meio de um represamento artificial, que se anularia tão logo o dique fosse rompido. Segundo, foi um resultado obtido num cenário de começo de recuperação no emprego aqui em São Paulo.

---

«Continua firme e inabalável  
a determinação de meu governo  
de dar combate sem tréguas  
à inflação.»

---

O déficit público foi debelado. Desde março, o Governo gasta menos do que arrecada, acumulando seguidos e inéditos superávits.

O Banco Central detém total controle da política monetária e continuará a seguir a atual linha de austeridade. A base monetária contraiu-se 9,2% em junho e outros 9% em julho.

A sociedade passa a compreender que indexação e combate à inflação não se coadunam. As pressões para a reindexação da economia vão sendo vencidas uma a uma, pela via democrática, no Executivo, no Congresso e nos Tribunais.

Continua firme e inabalável a determinação política do meu governo de dar combate sem tréguas à inflação. Permanecemos dispostos a pagar os custos e fazer os sacrifícios que forem necessários nessa luta. Reduzir ainda mais a inflação é um objetivo que, neste momento, se sobrepõe a qualquer outro, entre as prioridades do Governo.

Alguns, impregnados pela cultura inflacionária do passado, não se deram conta ainda desta real determinação do Governo. Tomam suas decisões econômicas com a premissa da aceleração da inflação. Aqueles que agem assim vão amargar prejuízos. Alguns poderão até mesmo desaparecer, juntamente com a inflação, porque o Estado não virá em socorro de quem cometer esse equívoco.



Quem apostar no aumento da inflação vai perder dinheiro, como muitos já perderam nas últimas semanas.

Quem apostar na especulação, também vai perder dinheiro. Em contrapartida, quem apostar na produção, só terá a ganhar.

A política cambial de taxas flutuantes permite assimilar mais rapidamente as condições do mercado externo, onde temos alcançado sucessivos superávits, com conseqüente aumento de nossas reservas. O saldo comercial acumulado de janeiro a julho quase chega aos 8 bilhões de dólares, apesar dos maus resultados no período imediatamente anterior a 15 de março. Os resultados, como sabemos, são amplamente satisfatórios, a despeito da grande liberação das importações.

---

«O fim último e único  
do progresso é o homem.»

---

O gigantismo da presença estatal na economia é outro constrangimento ligado às distorções em nosso sistema de mercado. A reversão dessa tendência de alargamento do setor público constitui prioridade de meu governo. Já começamos a trabalhar em duas direções principais: o encolhimento da máquina com a moralização e conseqüente melhoria de eficiência da administração federal e o programa de privatização, com a venda gradual pelo Governo do controle de certas empresas.

O maior constrangimento de todos acompanha-nos desde o começo de nossa história: o absurdo das desigualdades sociais crescentes que formam verdadeiros abismos no seio de nosso povo. O perfil de distribuição de renda no Brasil, um dos piores do mundo, é francamente vergonhoso. Infelizmente, não há adjetivo melhor para definir o sentimento que não podemos deixar de ter diante da triste realidade humana que nos cerca.

A cada dia que passa, corremos o risco de que esse panorama se manifeste com maior intensidade. É preciso impedir que isso ocorra, não pela via da força, que nada resolve, mas pela mudança radical na lógica que tem orientado as políticas de de-

envolvimento em nosso País. É o que estamos e continuaremos a fazer, com absoluta determinação. As ações empreendidas até agora e que irão se consolidar, são pré-requisito indispensável para alcançarmos este objetivo.

O Governo e a empresa não são um fim em si mesmos; o desenvolvimento tampouco. O fim último e único do progresso é o homem. Sociedade desenvolvida é aquela que oferece condições de vida digna, segura e feliz aos seus membros.

No modelo de economia de livre mercado que adotamos, os empresários têm uma grande responsabilidade social. Essa responsabilidade não pode ficar na retórica e deve apresentar-se de maneira concreta.

No regime democrático a empresa é instituição voltada à geração de riqueza. Produtividade e rentabilidade são condições básicas para melhoria de salários e bem-estar dos trabalhadores.

Queremos viver numa comunidade de que nos possamos orgulhar, sem qualquer reserva. Queremos cidades onde todos possam caminhar na rua com tranquilidade e segurança.

O bem-estar da sociedade é aspiração de cada brasileiro; governantes, donas de casa, empresários, trabalhadores, estudantes, enfim, de todos nós.

---

«A afirmação da iniciativa privada  
deve coadunar-se com a preservação  
do meio ambiente.»

---

Na definição de responsabilidade social do empresário, existe um ingrediente, que é o ecológico. A afirmação da iniciativa privada deve coadunar-se com a preservação do meio ambiente. Não há mais espaço para as atividades predatórias e para o crescimento sustentado pela poluição. O desenvolvimento será precário e ameaçador se desrespeitar o equilíbrio da natureza. Não podemos repetir vícios que conhecemos em outras economias. Governo, sociedade e empresariado devem, em intera-

ção construtiva, buscar regras que permitam o maior e mais rápido crescimento com a melhor e mais saudável equação ecológica.

Como Presidente da República, lidero esforço para que o Estado cumpra suas obrigações fundamentais para com a coletividade, especialmente para com os mais necessitados. Vamos racionalizar e aprimorar a presença nas áreas de saúde, educação, habitação, transporte e infra-estrutura. Abolimos o paternalismo fisiológico da troca de favores e cuidamos de incutir no cidadão a idéia de que ele tem direito ao apoio do Estado, de que não deve favores ao Estado, a seus servidores e a supostos intermediários.

Se olharmos a história dos anos recentes, veremos que, no plano das palavras, as intenções sempre foram boas. Na prática, ou não eram tão boas, ou não se realizavam integralmente. Existe um limite a partir do qual essa contradição não se sustentará. Temo estarmos bem próximos desse limite.

Por isso, o meu governo está empenhado em criar as melhores condições possíveis para que a sociedade tome em suas mãos a tarefa urgente de mudar o Brasil. O quadro que temos de alterar é negativo, mas o momento torna-se mais favorável e oportuno. Fomos capazes de erguer uma democracia madura. Estamos restaurando a estabilidade numa economia onde até meses atrás imperava o caos e a mais absoluta desordem. Bastou que a sociedade quisesse e acreditasse para que os resultados surgissem com rapidez.

Parece-me legítimo que nos orgulhemos de ter feito tanto em tão pouco tempo. Não vamos, contudo, perder um instante sequer para celebrar a vitória numa batalha. Que essa satisfação nos inspire e nos dê forças, confiantes em Deus, para enfrentar e vencer o enorme desafio que ainda temos pela frente.

O empresário exerce um papel central e insubstituível no sistema de vida que escolhemos. É necessário que o Governo promova a estabilização e a desregulamentação econômica, que abra espaço à iniciativa privada, em suma, que crie um clima propício à atividade empresarial, como vimos fazendo.

Tudo isso é necessário, mas não suficiente para alcançarmos o nosso objetivo de retomar um crescimento equitativo e sustentável.

Para voltarmos a crescer, precisamos contar com pessoas patriotas e idealistas, de coragem e capacidade, dispostas a aproveitar oportunidades e correr riscos. Esse é o papel que cabe ao empresário.

Ser empresário requer ímpeto de realizar; disposição de aceitar desafios; capacidade de avaliar corretamente os riscos; tenacidade de competir; ousadia de inovar. Há que saber mobilizar e administrar recursos humanos e materiais para criar riqueza e bem distribuí-la.

São essas qualidades preciosas e insubstituíveis que qualquer sociedade deve, de bom grado, estimular através da recompensa merecida. Essa é a função social do lucro.

Precisamos cada vez mais fortalecer esses valores empresariais em nosso País, contrapondo-os não só à idéia do Estado onipotente, mas também à cultura do lucro desmensurado e garantido.

Queria trazer esses pensamentos quando nos reunimos para celebrar a excelência empresarial, pois nas mãos e nas respostas dos senhores reside, em boa medida, o sucesso de nossa empreitada de renovação e recuperação do Brasil. Estou convicto, cada vez mais, de que a economia de mercado é o melhor de todos os sistemas e garantia da liberdade e da democracia.

Vamos fazer deste País, senhores e senhoras, uma Nação próspera e socialmente justa. Vamos tornar real a esperança nunca abalada de um povo que, apesar das privações e das dificuldades, jamais perdeu a alegria de ser brasileiro e a confiança no futuro de sua Pátria.

Que Deus nos ajude!

*Discurso pronunciado por  
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,  
Presidente da República Federativa do Brasil,  
na cerimônia de entrega de prêmios da  
Revista Exame, em São Paulo,  
no dia 30 de agosto de 1990.*